

# CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Colegiado convocou representantes da Prefeitura

## Monitores para crianças atípicas nas escolas I

A Comissão de Educação da Câmara realiza na segunda-feira (27), às 13h, a 3ª Reunião Ordinária do ano para discutir a ausência de monitores para crianças atípicas nas escolas públicas do município. A reunião, presidida pelo vereador Bene Lima (PL-SP), contará com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Educação, que responderão por dados oficiais e políticas públicas em curso e mães de alunos afetados pela situação — para relatar os desafios do cotidiano. Entre os pontos discutidos estão as causas da escassez de profissionais, se existe previsão de contratação no curto prazo e se a demanda está devidamente contemplada no orçamento vigente.

## Monitores para crianças II

A Prefeitura anunciou esta semana reforço de 25 cuidadores na rede municipal de ensino, elevando para cerca de 700 o total de profissionais que atuam no suporte a alunos da educação especial. A ampliação ocorre após um aditivo no contrato com a empresa responsável pelo serviço e, segundo a Secretaria de Educação, já estava prevista desde dezembro de 2025.

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é democratizar gestão de parques e bosques

## Gestão popular do verde I

Um Projeto de Lei protocolado na Câmara Municipal pelo vereador Wagner Romão (PT-SP) institui o Conselho Gestor em todas as áreas verdes sociais e unidades de conservação de Campinas. “Queremos que qualquer área verde possa contar com a participação direta da população e integrá-la ao processo de tomada de decisões. Muitas ações que afetam diretamente a vida do usuário não contam com uma escuta ativa de quem vivencia aquela área específica”, declara o parlamentar.

## Gestão popular do verde II

Os Conselhos Gestores dos Equipamentos Socioambientais do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação, como serão chamados se o projeto for aprovado, serão tripartites e terão seis membros: três da sociedade civil - escolhidos entre frequentadores das unidades do SAV-UC -, um dos trabalhadores da unidade e dois representantes do Executivo.

## PINGA-FOGO

### Vanguarda I

Campinas reafirma a posição como referência nacional em proteção aos animais. A recente decisão da Comissão de Constituição e Legalidade da Câmara, que arquivou de forma unânime a tentativa de retomar rodeios na cidade, não é apenas um alívio para os ativistas, mas uma vitória da identidade municipal.

### Vanguarda II

Historicamente, Campinas se colocou à frente do debate ético ao proibir espetáculos com bichos ainda em 2003. A legislação de vanguarda, que já dura mais de duas décadas, reflete o amadurecimento de uma sociedade que não aceita o entretenimento baseado no sofrimento, e, o veto atual enterra um retrocesso.

### Vanguarda III

Ativistas da causa celebraram o desfecho como um marco. Ao barrar o projeto sem que ele sequer precisasse ir a plenário, a Câmara firmou o compromisso com o bem-estar animal, uma política pública sólida. Escolheu preservar o Estatuto de Proteção em vez de ceder a interesses isolados.

### Vanguarda IV

A decisão firme de Campinas serve de bússola para outras metrópoles. Ao priorizar a sensibilidade e a ética ambiental, o Legislativo local sinaliza que o desenvolvimento de uma cidade moderna está atrelado ao respeito à vida em todas as suas formas. O arquivamento definitivo protege o legado campineiro de vanguarda.

### Vanguarda V

Se Campinas é - e quer continuar sendo - conhecida como polo tecnológico, o Vale do Silício brasileiro, e trajeto de trem vanguardista no Brasil, não pode retroceder a carroças. Mais do que uma causa de nicho, a manutenção da proibição dos rodeios é uma conquista simbólica.

### Vanguarda VI

Mais do que uma causa de nicho, a manutenção da proibição dos rodeios é uma conquista coletiva. Reforça que Campinas prefere ser lembrada por leis protetivas e inovadoras do que por eventos que ferem a integridade animal.



Derrite (PP-SP) é ex-secretário de Segurança Pública de SP

# Câmara aprova homenagem a Derrite

## Proposta enalteceu queda nos índices de criminalidade

Raquel Valli

A Câmara aprovou o projeto de lei de autoria do vereador Dr. Yanko (PP-SP) que concede a Medalha Exemplo Digno “General Nelson Santini Júnior” ao deputado federal Guilherme Muraro Derrite, do mesmo partido. Derrite foi secretário de Segurança Pública de 2023 a 2025 na gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). “Derrite melhorou os índices de criminalidade no nosso Estado. Isso é fato. Está documentado em números porque quem manda, quem controla o nosso país é o Estado. Não é baderna. Jamais vai ser baderna. Se o Estado não mostra a que veio, nós vamos ser reféns da criminalidade, e não é o que a gente quer pras nossas vidas”, afirma o vereador, referindo-se aos índices divulgados em janeiro de 2025 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP).

De acordo com os números, o Estado registrou os menores índices de homicídios e roubos em 24 anos. A redução dos assassinatos foi de 3,4%, passando de 2.605 em 2023 para 2.517 em 2024. Quanto aos roubos, a diminuição foi de 228.028 para 193.658 no mesmo período, uma queda de 15,1%. Ainda segundo a SSP-SP, a própria secretaria “chegou a registrar uma taxa de homicídios de 35,06 a cada 100

mil habitantes, em 2001, quando os dados começaram a ser catalogados. Mas, em 2024, o índice alcançado foi de 5,9, o melhor resultado da série histórica”.

### 2026

Mas, atualmente, “alguém se sente seguro na nossa cidade? Você tem tranquilidade de andar no Centro, de andar em qualquer lugar hoje em dia? Não. Porque nós deixamos eventualmente acontecer isso. Vai ser preciso austeridade e severidade pra que a gente retorne e consiga viver em segurança com as nossas famílias”, complementa Dr. Yanko. A homenagem foi aprovada por 19 votos favoráveis e seis contrários, sendo todos de esquerda: Fernanda Souto e Mariana Conti, do PSol-SP; Guida Calixto, Paolla Miguel e Wagner Romão, do PT-SP; e Gustavo Petta, do PCdoB-SP.

### Críticas

A oposição ocupou a tribuna com o argumento de que a honraria seria inadequada. Conti, por exemplo, declarou que a Câmara não deveria converter homenagens em palanque eleitoral e relacionou a gestão Derrite na secretaria a uma política de segurança pública letal. Apontou ainda o crescimento de mortes em intervenções policiais.